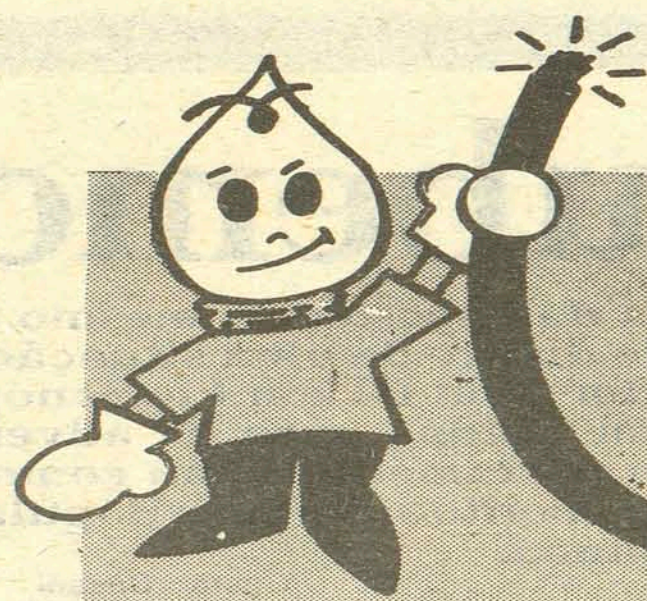




Intersindical dos Eletricitários SC

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

01/11/90 N° 113

Assembléia define greve na Celesc na quarta-feira

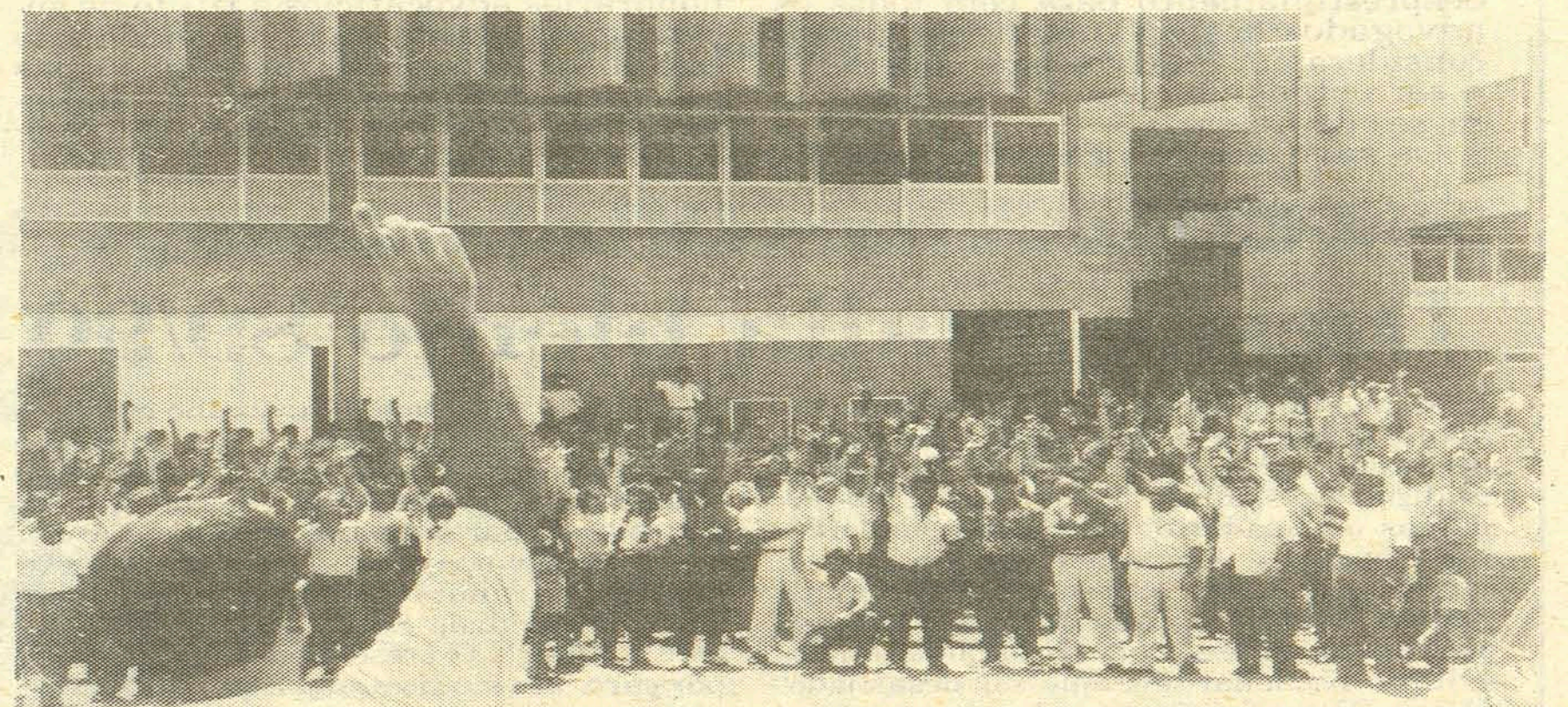
Greve por tempo indeterminado a partir do dia 7 de novembro. Foi esta a resolução da Assembléia Estadual dos Empregados da Celesc, realizada ontem (31/10), em frente a sede da empresa, em Florianópolis. Participaram da Assembléia cerca de 1.400 celesquianos vindos de todas as regiões do Estado.

Sob um sol forte, os eletricitários discutiram o impasse em que se encontram as negociações com a empresa que, intransigente, propõe um reajuste salarial de pouco mais de 6%. A greve foi proposta pela Intersindical, mas, sua deflagração

efetiva fica condicionada a aprovação em Assembléias Regionais que acontecerão no dia 6.

Na avaliação da Intersindical a assembléia foi bem sucedida, "contando com uma participação expressiva de todo o Estado".

Mauro Passos, presidente do Sinergia, que coordenou a Assembléia, destacou que a deflagração de uma greve é a única maneira de forçar a empresa a uma negociação que contemple minimamente a reivindicação da categoria. Se não houver negociação, o dissídio vai a julgamento, e então a expectativa é a



Assembléia Estadual aconteceu sob sol forte

simples aplicação da Medida Provisória 234 sobre o acordo de outubro (1,24%).

Na Assembléia foi comentado, também, que a Celesc está argumentando com o fato de que várias grandes empresas estão em débito com ela, e que por isso não há possibilidade de conceder um reajuste

maior aos eletricitários. A Assembléia caracterizou esta situação como absurda. Sobre este problema das concessionárias estaduais, o DNAE — Departamento Nacional de Águas e Esgoto e Energia, criou uma comissão através da portaria 332 que vai investigar, realizando uma auditoria, a situação de tais empresas.

Empresas entravam a negociação

Quarta-feira, às 18 horas, em Florianópolis, os empregados da Eletrosul realizaram uma assembléia para deliberar sobre a proposta do Comando Nacional — greve a partir do dia 8 de novembro, como a única possibilidade de reverter o quadro de ameaças ao setor elétrico. O jornal foi fechado dia 23, 24 horas antes da realização dessa assembléia. Nessa data já era possível saber que a Cerj entrava no seu nono dia de paralisação e que a Celb estava no segundo dia de greve, com a Empresa oferecendo 45% de reposição salarial. O resultado da assembléia da Eletrosul e das outras entidades sindicais irão servir de referência a postura do comando no dia 1º de novembro, quando acontece mais uma reunião de negociação com o fórum das empresas.

A última reunião entre Comando e Fórum aconteceu dias 25 e 26. O telex que relata a negociação afirma que "as discussões estão estagnadas desde o dia 18 e 19 último por absoluta intransigência das empresas". Como era esperado, a Eletrobrás, através do Dr. Juarez Faria, diretor de desenvolvimento gerencial e administrativo e único interlocutor das empresas, tenta impor a aplicação da MP 234, como parâmetro econômico da negociação. Também querem que o Comando assine itens que cerceiam o livre exercício do direito de greve. Depois dessa reunião, onde ficou clara a autonomia de Juarez Farias para

executar "a política de fragmentação e privatização do setor elétrico", o Comando decidiu por unanimidade pelo indicativo de greve nacional dos eletricitários por tempo indeterminado.

Na proposta do Comando, se o indicativo de greve



for aprovado pelas assembléias, serão veiculados em clip nas Tevês e matérias nos jornais regionais o término da validade do acordo coletivo/89 e imputando às empresas o impasse das negociações dos eletricitários. Em seguida, no dia 5, seriam realizadas assembléias nacionais para decretação da greve. O comando também tirou duas comissões para rearticular os contatos iniciados junto às autoridades ministeriais, na sociedade organizada e do movimento sindical.

Enquanto isso, a Eletrosul já recebeu da Intersindical do sul do Brasil um telex pedindo que a empresa apresente sua contraproposta relativa à cláusula de manutenção dos direitos adquiridos. Segundo o que foi definido nas negociações com o fórum, esta questão será tratada individualmente com as empresas.

A classificação dos empregados em QI (Quadro Ideal), QP (Quadro Potencial) e QR (Quadro Renovável) prossegue. Na assembléia da Eletrosul, realizada no dia 26, os empregados discutiram a única possibilidade de reversão dos rótulos — a greve. Na área de operação, os empregados ainda sofrem com os inúmeros inquéritos na polícia federal, que são ignorados pelo presidente, Amílcar Gazaniga. Ele afirmou que na área de operação não haverá demissões, como se os inquéritos não pudessem resultar em demissões e até prisão dos operadores.

Advogados estão inconformados

No dia 22 desse mês o presidente da Celesc, Marcos Welmut, recebeu uma correspondência da Consultoria Geral da Empresa sobre a contratação de advogados para o ajuizamento de ações ordinárias contra as empresas do Grupo Cetrisa e outros. Eles estão inconformados com esta atitude da diretoria da empresa. "Além de ser um desprestígio para com todos os advogados desta Consultoria Geral, consideramos que o mesmo poderá vir a ser entendido como lesivo aos interesses da Celesc".

Os advogados da Empresa conside-

ram as contratações totalmente desnecessárias e prejudiciais a uma solução para os débitos desses Grupos Empresariais. Até porque a proposta das ações de cobranças "não demandam aspectos de alta complexidade". Para resolver essas questões "simples", os advogados contratados teriam direito a um percentual mínimo de 10% de honorários advocatícios a título de sucumbência, "ainda que a condenação seja a menor, ocorra desistência das ações ou composição amigável". Indignados os advogados aguardam as explicações do presidente.

BALANÇO

Diesat avalia biênio 89/90

No mês de outubro, o Diesat — Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho — realizou um seminário, onde foram avaliadas as atividades desenvolvidas nos últimos dois anos. A entidade, em seu décimo ano de atividades, enfrenta sérias dificuldades financeiras. Com o Plano Collor as parcas aplicações foram confiscadas, e o Escritório Nacional teve que ser desalojado. Hoje o Diesat funciona em local provisório, sem telefone, com recursos humanos e equipamentos técnicos insuficientes. Apesar dessa estrutura mínima a entidade tem respondido a uma demanda crescente de trabalho dos Sindicatos — tanto na quantidade, quanto no tipo de solicitação.

Como órgão técnico de assessoria sindi-

cal na área de saúde do trabalho o Diesat realizou de 1988 a 90 pesquisas, cursos de formação, levantamento das condições de trabalho em diversas empresas de diferentes setores, participou de eventos e atuou efetivamente no processo de discussão, elaboração e tramitação da nova legislação sobre Seguridade Social (Previdência Social e Saúde). O crescimento do interesse por parte dos sindicatos coloca uma discussão essencial a compreensão da dinâmica do movimento sindical — primeiro a tentativa de reforçar a atuação da Cipa; segundo a atenção dada ao binômio Saúde/Trabalho. Mesmo que de forma fragmentada e ainda que prevaleçam as questões econômicas em detrimento às condições de Trabalho e Saúde.

EDITORIAL

Onde Collor quer chegar?

Em sua viagem a Portugal, Collor confessou ao estadista daquele país a sua disposição de permanecer no governo pelo menos por doze anos. Segundo ele, para garantir a implantação de um projeto de modernização do Brasil que é longo e deve ser rigorosamente acompanhado.

No início da semana o Presidente reúne o seu ministério e salienta que eles são ministros "porque querem mas, sobretudo, porque eu quero". Ele não deixa dúvidas de que reivindica para si o "status" de comandante que dirige pessoalmente os acontecimentos. Mas a firmeza da personalidade presidencial não resiste a alguns nexos fáceis de se fazer.

Vejam os por exemplo a ligação do Governo com interesses de grupos industriais específicos. Vejam a ingerência de diversos financiadores da campanha collorista em alguns escândalos, como o da VASP. Vejam o caso das empreiteiras que, sobretudo no nordeste, foram citadas como envolvidas na liberação de verbas do SOS estradas sem concorrência.

É claro que Collor não governa sozi-

nho. Ele representa muitos interesses que disputam o palmo a palmo a influência nas decisões do executivo. O resto é "estilo" e marketing. Ou alguém não percebe a profundidade do fato de Jarbas Passarinho voltar a um ministério pela 4ª vez, e como coordenador político.

O conteúdo da política aplicada por Collor é demasiado evidente, e é sublinhado pela "quebradeira" que se inicia na indústria, sobretudo nas pequenas indústrias. As consequências também são conhecidas e, lamentavelmente se agravam: desemprego, fome, e um vertiginoso aumento da pobreza. E tinha gente que não acreditava em recessão.

Não há ingenuidade que não perceba que Collor governa para os banqueiros internacionais, "internacionalizando" a nossa miséria. Se isso é o que podemos perceber e lamentar agora, depois de alguns meses de Governo, imaginem o que se poderia esperar depois do 12º ano de mandato? Que a história se encarregue de enterrar a pretensão dele, para não suplantar a nossa.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT RS 6166) e Rosângela Bion (DRT SC1019). Diagramação: Vera Rott. Ilustração: Franck Maia. Im-

pressão: Gráfica do jornal **O Estado**. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21. Fpolis-SC, Ione (0482) 22-3866. tele: 48 1555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente a opinião do jornal.

ENTREVISTAS

“Derrubemos Collor”

Enquanto a maioria das pessoas, e mesmo diretores sindicais, está mergulhada na perplexidade diante de uma situação política confusa e contraditória, Vitor Schmidt, vereador pelo PT em Florianópolis e ex-presidente do Sinergia, não vacila em apontar saídas para as adversidades. Com seu jeito calmo e incisivo ele defende o parlamentarismo como forma de "abreviar" o Governo Collor e atribui ao movimento sindical e popular a responsabilidade de conduzir este processo de mudança.

Qual a principal característica do atual momento político?

Vitor — Com a Revolução do Leste Europeu houve uma mudança no trânsito de capitais internacionais. Há uma grande expectativa de investimentos dos capitais da Alemanha, do Japão, da Itália nos países do Leste. E isso quebra uma perspectiva que havia de investimentos em massa no Brasil e na América Latina, em geral. Isso quer dizer que as perspectivas do terceiro mundo é de não receber dinheiro mesmo. Embora tenham previsto um equilíbrio com os EUA, aplicando recursos no terceiro mundo, isso não está acontecendo porque os EUA vivem uma situação interna difícil e não têm o que investir.

E como fica aí a negociação da dívida do Brasil, que pela primeira vez está envolvendo o Congresso Nacional para aprovar a política traçada pelo Executivo?

Vitor — A proposta do Governo é pagar 5,1 bilhões de dólares dos empréstimos anteriores. Dois bilhões viriam do IOF (Imposto Operações Financeiras). Outros 2 bilhões viriam do que o Governo chama de superávit, que na verdade é o que eles não pagam para os aposentados, para a previdência, etc... O bilhão que falta viria do lucro sobre as operações de importação e exportação. Ou seja, vão pagar os banqueiros retirando da pensão dos aposentados, do salário do trabalhador do serviço público, das demissões... A perspectiva é de uma recessão violenta e sem fluxo de capital aqui para dentro.

Como se articula a chamada "reforma do Estado", que é a principal bandeira do Collor, com esta pressão internacional?

Vitor — Na verdade não existe uma reforma do Estado. É uma desculpa para se encaixar no processo de internacionalização da economia, que centra-se na transferência de capitais para fora. É que o Collor precisa enxugar, violentamente, a máquina estatal para poder continuar pagando os juros externos. Não podemos dizer que o Estado vai passar a operar de forma diferenciada. No Brasil, uma reforma seria o Estado investir no setor social, mas não há este investimento. Na

Gastão Cassel
Da equipe Linha Viva

verdade, o Governo tira do aparato produtivo estatal e diminui sua responsabilidade com uma série de serviços que competem ao Estado fornecer. A reforma é a dilapidação do patrimônio produtivo e o não-atendimento das funções assistenciais.

O suporte da "reforma do Estado" tem sido um discurso em favor da livre iniciativa, da competitividade...

Vitor — O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social liberou mais de 2 bilhões para indústrias de Santa Catarina, disse um jornal. Daí a gente vai ver, são duas indústrias. A Tupy, e a Perdigo, sendo que a segunda vai investir estes recursos em um projeto na Amazônia. Ou seja, o dinheiro que o Governo mandou para Santa Catarina vai para dois grandes grupos econômicos se modernizarem. O problema da economia brasileira não são estes grupos que competem no mercado internacional, como a Perdigo. A questão são as outras empresas que se criam em torno dos grandes grupos, e trabalham com um padrão tecnológico atrasado.

Para os trabalhadores então as perspectivas são as piores possíveis: recessão, desemprego...

Vitor — Vamos atravessar um período terrível nos próximos anos. A não ser que haja uma modificação expressiva da realidade interna do país. A única forma de modificar o curso é a retirada do Governo Collor. E preciso que se liquide este Governo, não a pessoa do Presidente, mas o projeto que ele representa. O caminho que a gente pode ver como uma boa possibilidade é a mudança das regras do jogo. Há um Congresso recentemente eleito e uma grande disputa sobre a questão do parlamentarismo. A aprovação do parlamentarismo seria uma possibilidade de abreviar e substituir o Governo Collor. O Novo Congresso não tem um perfil muito diferente do que está encerrando seu mandato, a esquerda possui um espaço de manobra pelo menos iguais ao que já tinha.

Mas nas últimas eleições os conservadores levaram a melhor em todo o país.

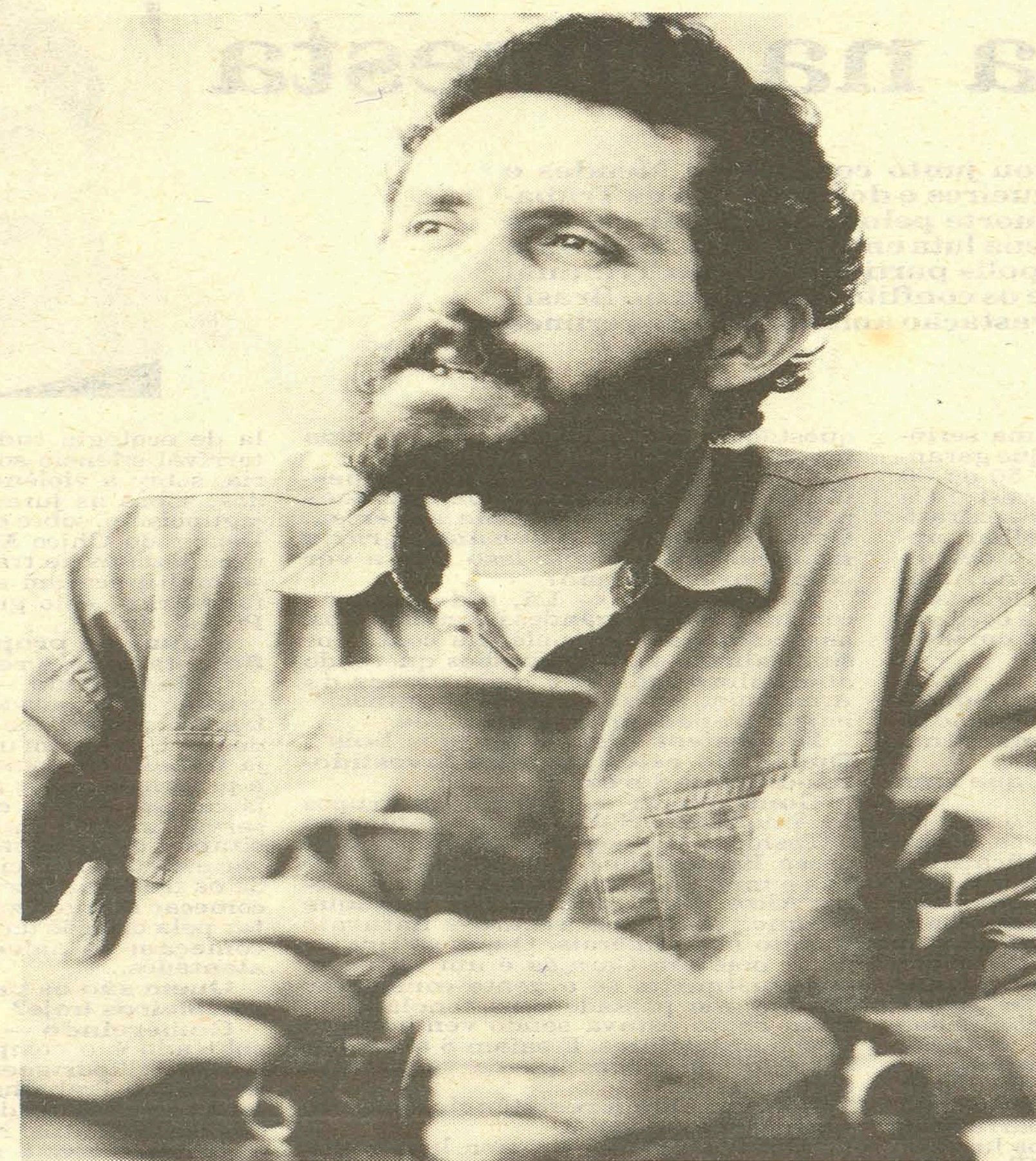
verdade, se refere a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social que é a Elos. Erramos, e isso acontece nas melhores famílias e nos melhores jornais.

Perspectivas do país em debate

A editora Nobel publicou o livro "As perspectivas do Brasil e o Novo Governo", que é resultado de um Fórum Nacional que aconteceu em janeiro deste ano. O livro é a compilação dos debates e das exposições dos convidados. A marca registrada do material é a pluralidade: desfilam nomes que vão desde o ex-ministro João Paulo Veloso, Jarbas Passarinho, Afonso Pastore, Fernando Henrique Cardoso, Plínio de Arruda Sampaio, entre outros. Um dos representantes do sindicalismo no evento foi Delman Ferreira, diretor do Sinergia e secretário da CUT Nacio-

Confusão no nome das fundações

Na semana passada na matéria "Empregados não querem Silvío", causamos uma grande confusão entre as fundações Celos e Elos. A matéria, na



James Mack Foto Sinergia

Vitor— Digamos que eles elegeram mais governadores e senadores, mas a nível de Congresso não houve grande mudança. O que é preciso alterar é a intervenção da sociedade civil alternativa, das associações dos sindicatos...

Mas, o Movimento Sindical está pressionado pelas consequências desta política através de demissões, Medidas Próprias, e o próprio comportamento do Tribunal Superior do Trabalho. Como ele deve agir numa conjuntura tão adversa?

Vitor— A possibilidade que se tem de alterar as regras e afastar esta política nefasta, depende de uma virada na concepção sindical e de movimento popular que existe no país. São estes setores, da sociedade civil alternativa que teriam a capacidade de retomar um progresso massivo que leve a população a questionar a realidade. Mas, da forma como atua hoje não vai ser possível.

Como as entidades vão combinar a necessidade de responder às questões colocadas imediatamente, como as demissões, e uma ação de maior alcance

Vitor— A própria perspectiva de sobrevivência do Movimento Sindical reside na sua mudança de cursos. Com isso, eu quero dizer que os sindicatos têm de começar a fazer política. Se os sindicatos e as organizações populares não se tornarem um rolo compressor engajado na política cotidiana, não vai haver mudança no país. Os sindicatos têm de parar de ficar preso no triângulo que tem de um lado a visão de que sindicato não faz política, no outro o sindicalismo de resultado — sindicato bom é o que ganha imediatamente — e, por fim a visão tradicional de que sindicalismo combativo é o que faz greve. Sindicalismo bom não é o da conquista imediata ou, que faz greve, é o que conquista um país diferente. Pois, só num país diferente vai haver emprego,

salário, condições de trabalho e vida...

Sindicato bom é o que age como um cidadão, interfere nos rumos do estado.

Mas o que é concretamente o sindicato fazer política?

Vitor— Para mim é ele se envolver com este todo. Existe uma perspectiva para onde o nosso país está caminhando, há um planejamento organizado neste sentido que já falamos. O sindicato não tem como primeira tarefa disputar o sala-

rio, que é mera consequência desta situação, mas tem de pressionar os partidos políticos para que tomem posições favoráveis, todos os partidos. Os sindicatos têm que formar cidadãos que interfiram na vida do país, agindo em perspectiva. A tarefa, agora, é dirigir as energias para relações com entidades de bairros, comunidades, outros sindicatos, partidos políticos, parlamentares, etc... Se um movimento desses ganha corpo e raízes profundas na população, está dado o passo para que se mude o país.

nal. Ele falou sobre "o trabalhador, a política industrial e tecnológica e o desenvolvimento. O livro está disponível nas livrarias. O Sinergia também dispõe de alguns exemplares para os interessados.

Jornalistas em congresso em SC

Acontece neste final de semana em Florianópolis o 24º Congresso Nacional dos Jornalistas. Cerca de 400 profissionais de imprensa vão estar discutindo entre 31/10 a 4/11, questões como a democratização do acesso à informação e ao direito de informar, a ética na atividade jornalística, a ação sindical e o da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. O Congresso deve tirar um plano de ação para a FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas no próximo ano. O evento está sendo organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

TRIBUNA

livre

Rosimeri D. Siqueira
Diretora do Sinergia

Sem poder fugir

Alguém na Celesc consegue se imaginar em pleno mês de outubro ganhando o mesmo salário de março? Quando em maio deste ano não suportamos mais a intransigência da diretoria da empresa, que não queria assinar um acordo depois de mandar para a assembleia uma proposta que foi aceita pelos empregados, nós resolvemos fazer uma mobilização e garantir a assinatura daquilo que pra nós seria um bom acordo. E, como quem luta conquista, nós conseguimos.

Os companheiros das estatais federais estavam na mesma situação. Em junho contavam com uma defasagem de 256%, juntamente com a ameaça de demissão em massa (Plano Collor). Companheiros combativos que são foram à greve.

Foram 21 dias e quando acabou, estavam suspensas as demissões e marcada o começo das negociações para a reposição das perdas. Um dia antes do dia marcado para o início das negociações, a Eletrobrás passa um telex dizendo que a reunião foi cancelada. Novamente os companheiros foram à greve. Desta vez ficaram 31 dias parados, com o Comando Nacional negociando com o primeiro escalão do governo federal. O governo por sua vez foi indiferente. Apostou e jogou os eletricitários no TST ou tapetão. No TST, quando todos os argumentos para condenar os eletricitários estavam esgotados se achou um — estavam fora de data-base.

Hoje, os companheiros da Eletrosul precisam de uma reposição de 400% e ainda por cima enfrentando as punições e demissões.

No mês de outubro foi descontado o valor de Cr\$ 200,00 de todos os eletricitários do Brasil (federal e estadual), como forma de contribuição com a luta dos companheiros, em especial dos que foram punidos ou demitidos por estarem exercendo o direito de greve. Agora quando a Celesc e Eletrosul estão mais uma vez no ponto de enfrentamento para garantir que os nossos salários voltem a serem o que eram há um ano atrás e garantir a manutenção do nosso emprego, não podemos fugir da luta.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



Nobel

A luta pela vida na floresta

Gomercindo Rodrigues é seringueiro. Militou junto com Chico Mendes e hoje é assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Ele está jurado de morte pelos latifundiários, mas afirma não ter medo da morte, nem de continuar sua luta em defesa da Amazônia e dos povos da floresta. Ele esteve em Florianópolis participando do Tribunal Chico Mendes que discutiu os direitos humanos e os conflitos agrários no Brasil. Nesta entrevista ele fala da luta ecológica, da devastação ambiental e dos crimes no campo.

Gastão Cassel
Da equipe Linha Viva

Amazônia é hoje uma referência para a opinião pública mundial. O que esta notoriedade significa para quem trabalha e vive na região?

Gomercindo — A realidade na Amazônia tem mudado muito pouco para os povos da floresta. É claro que aumentou o apoio, cresceu a divulgação, infelizmente depois do assassinato do Chico Mendes. Mas, a nível de governo brasileiro não se tem uma atitude séria e coerente de defesa efetiva da Amazônia através da defesa dos interesses de seus povos, dos índios, dos seringueiros, dos castanheiros, dos ribeirinhos e outros coletores extrativistas que existem na floresta. Para se ter uma idéia, hoje o preço da borracha dá uma remuneração de meio salário mínimo para o seringueiro. Isso quer dizer que o governo tem um discurso ecológico e uma prática genocida. Se acabarem com o seringueiro a floresta não fica em pé, que ela não sobrevive porque é grande ou porque é bonita, mas porque há um povo que vive e depende desta floresta.

E como se dá a defesa da floresta por parte destes povos?

Gomercindo — Ela se dá através das comunidades e da ação individual, onde os coletores extrativistas não estão organizados. Isso acontece no trabalho do

dia-a-dia. Quando se corta uma seringueira com toda uma técnica que garantir esta seringueira viva por 50 ou 60 anos, assim se defende a floresta. Os índios e os castanheiros e outros extrativistas têm maneiras de trabalhar preservando aquilo que é a fonte de sua renda. Se você falar de ecologia na Amazônia ninguém vai saber o que é isso, no entanto, aquela gente vive a ecologia no dia-a-dia, sem saber se isso é um interesse mundial.

Hoje se fala muito em ecologia e na Amazônia, mas isso é um modismo ou há efetivamente uma consciência ecológica crescente?

Gomercindo — Eu acho que sim.

Talvez 90 por cento de tudo o que se fala seja apenas discurso, mas os 10 por cento que sobram já são significativos. O que a gente tem de perceber é que a luta que se trava na Amazônia não é apenas uma luta ecológica, ela é mais abrangente, é uma luta pela vida em última análise. E a vida dos trabalhadores está no meio disso. O que a gente tem de discutir é a visão estereotipada que se criou no país de que trabalhador urbano não tem que discutir ecologia, que isso é coisa de pequeno-burguês. Isso deixou o operariado por fora desta discussão. Então a gente pergunta: quem mora nas encostas de barrancos, onde não há água tratada, nos lugares mais poluídos? São os ricos? Claro que não, são os trabalhadores pobres que enfrentam os ambientes mais degradados do ponto de vista ecológico. Por isso, é preciso que esta questão seja discutida dentro das fábricas, em comissões dos sindicatos, e assim por diante, porque isso tem a ver com as condições de trabalho e saúde. Outra coisa ruim é a maneira que passam a discussão de ecologia para as crianças. Ficam falando que a florzinha é bonita, que os passarinhos isso e aquilo... mas não se discute a

questão da defesa da vida, da sua vida futura.

Mas não se pode discutir a questão ambiental, distante de questões políticas como a reforma agrária... Como é que está a questão agrária na Amazônia, o que isso tem a ver com a preservação?

Gomercindo — Lá, a devastação continua com os grandes investimentos, as queimadas e a violência contra os sindicalistas e os latifúndios querendo abocanhar cada vez mais partes da Amazônia, assim como as multinacionais e grandes grupos nacionais.

E possível "dar nome aos bois". Quem são estes grandes investidores-devastadores?

Gomercindo — São muitos grupos no Amazonas e Sul do Pará. Gente como a Toshiba, Coopersucar, Uatala, Bradesco, Bamerindus, Volkswagen, Liquigás e muitos outros grandes grupos como Alcoa, Shell, Albrás. Há um saque mesmo, tanto nos recursos naturais quanto nos minerais. O que se tira de ferro hoje em Carajás é um absurdo, principalmente se a gente considerar que no ano passado uma tonelada de ferro bruto estava sendo vendida por apenas 13 dólares. E saíam 8 trens por dia com 80 vagões e cada vagão com 90 toneladas.

E como está a resistência dos trabalhadores a isso?

Gomercindo — A nossa luta continua, embora tenha havido um baque muito grande com o assassinato do Chico Mendes. Em várias regiões estamos conseguindo formar cooperativas extrativistas em diferentes pontos. Isso é uma forma de reagir. É claro que a resposta dos poderosos a isso é uma série de ameaças. Hoje temos vários companheiros como o seu Arnaldo, o Dulcídio (que já sofreu um atentado), o Gatão, eu mesmo... Este ano foram mortos vários trabalhadores rurais no Pará e a imprensa não disse nada. Quando se fa-

la de ecologia tudo bem, mas há um terrível silêncio sobre a questão agrária, sobre a violência, sobre os atentados, sobre as juras de morte, sobre o jaguncismo, sobre esquadrões da morte. Depois do Chico Mendes já assassinaram dezenas de trabalhadores rurais e se multiplicaram as ameaças por latifundiários, pelo grupo que comprou o Projeto Jari.

E qual é a proposta dos povos da floresta para a reforma agrária?

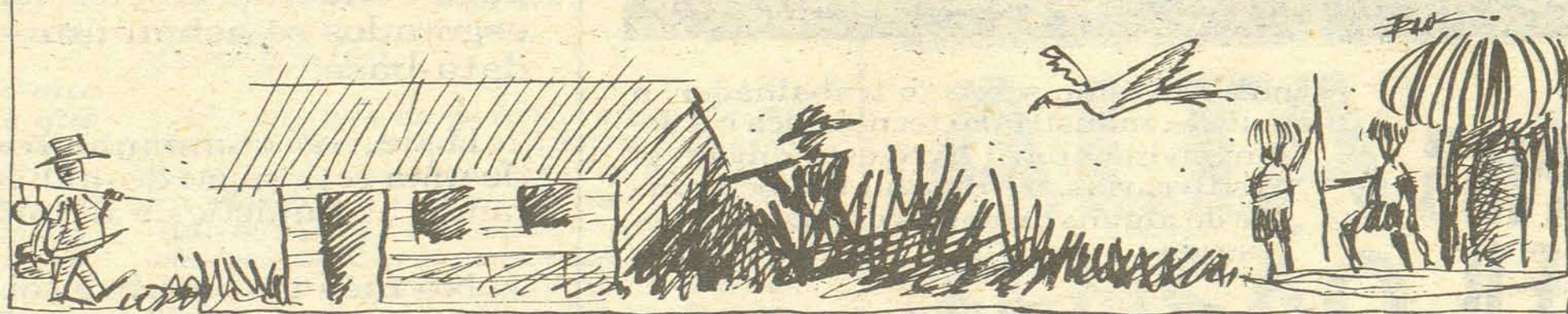
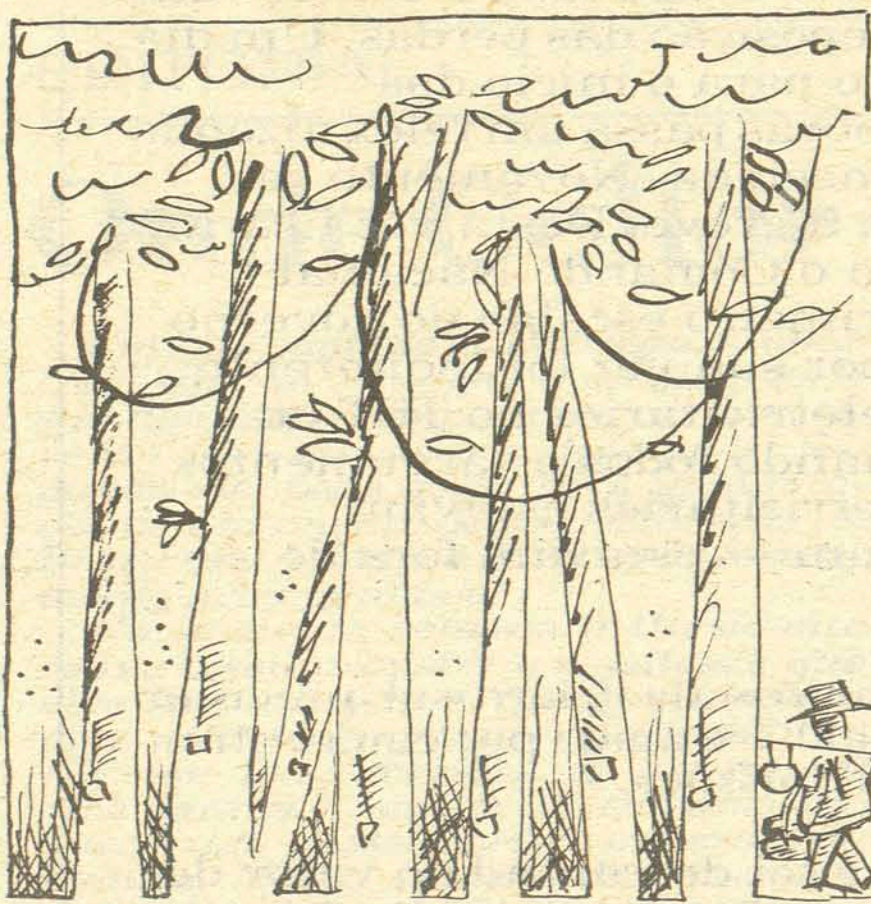
Gomercindo — Nós queremos a criação de reservas extrativistas que transformem estas áreas em propriedades da União com uso e fruto para quem já trabalha lá como coletor, liquidando a propriedade dos grandes grupos. Nós já conseguimos a criação de várias reservas, mas há muito por fazer e necessitamos de coragem política para realizar esta tarefa social. Acontece que onde os trabalhadores se organizam para começar a organizar cooperativas e lutar pela criação da reserva extrativista começam as ameaças, as mortes, os atentados...

Quem são os principais alvos dos pistoleiros hoje?

Gomercindo — Sem dúvida o mais cobiçado é o companheiro Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros. Não se sabe como ele ainda está vivo e nem as chances que ele tem de chegar vivo ao final do ano. Existem dezenas de outros casos. Eu mesmo já recebi avisos que estão pagando duzentos mil por minha cabeça.

Como funciona a impunidade aos mandantes dos crimes no campo?

Gomercindo — Já faz dois anos que mataram o Chico Mendes, e só temos presos dois pistoleiros que vão a julgamento. Pessoas direta ou indiretamente ligadas ao caso como fazendeiros, políticos, e elementos do Governo, dos quais já se teria material suficiente para se montar um inquérito para investigar a sua participação na história continuam sem ser incomodados. Se quisessem chegar aos culpados, aos financiadores dos crimes, facilmente se chegaria, mas não há este interesse. Mas a impunidade não é uma coisa da Amazônia, é uma coisa do Brasil inteiro. Não há diferença entre os jagunços, os policiais que entram atirando num acampamento de sem-terra ou quem fornece avião para a polícia jogar veneno sobre os trabalhadores. A impunidade é institucionalizada no país. Enquanto houver quem financie a morte vai haver morte.



SEMINÁRIO

A literatura no Estado

Escritores, professores e estudantes da área da língua portuguesa e da literatura estarão discutindo "Sociedade e Literatura em Santa Catarina" no seminário organizado pelo Centro de Comunicação e Expressão da UFSC. Os debates serão feitos de 5 a 9 de novembro, em Florianópolis.

No temário do encontro, que tem como objetivo estudar especificamente a produção literária de Santa Catarina, estão questões como "sociedade e modernismo", "história e ficção", "o espaço catarinense na narrativa ficcional", entre outros ligados especificamente à crônica e à poesia.

As inscrições poderão ser feitas na secretaria do Departamento de Língua e Literatura Vernácula da UFSC pelo preço de 100 cruzeiros.

LOGOTIPO

Um erro de informação

Cometemos uma gafe ao divulgar a matéria sobre o vencedor do Concurso Logotipo do Sinergia. Paulo Roberto Santos de Souza não é um profissional da área gráfica. Na verdade ele vive envolvido com isso, mas é um engenheiro de manutenção de usinas-hidrelétricas.

Paulo trabalha há 18 anos na Eletrosul e é especialista em lubrificação, tendo trabalhos publicados a nível de GCOI - Grupo Coordenador de Operação Interligado (da Eletrobrás), SCM e CIER. Ele foi diretor cultural e posteriormente de divulgação da Elase e como amante da fotografia e artes gráficas, desenvolveu para esta associação o jornal *Semana Elase* e as revistas *Pantanal* e *Viva Elase*. Para a Eletrosul criou o calendário de 1988, cujo tema foi a história da eletricidade.

LINHA
aberta